

Arquiteto dos EUA pede para Brasília novo plano-piloto

SÃO PAULO (O GLOBO) — "O plano-piloto de Brasília deve passar por uma revisão em que, preservadas muitas de suas características atuais, sejam levados em conta outros aspectos fundamentais para o relacionamento social dos habitantes da cidade".

A opinião é do presidente do Instituto dos Arquitetos dos Estados Unidos, William Marshall Jr., que, em companhia de 22 arquitetos norte-americanos, está no Brasil em viagem de estudos.

Em sua visita a Brasília ele conversou com moradores das superquadras, dos quais a queixa que ouviu com mais frequência foi de que falta "calor humano" à cidade. Marshall, cuja preocupação é "fazer sugestões, e não críticas", recomenda um reestudo das condições atuais da cidade e a adoção de um modelo em que os grandes edifícios possam dar lugar a casas.

— Eu já falei com o Lúcio Costa e o Carlos Niemeyer sobre o assunto e eles próprios concordaram com a necessidade de se adotar em Brasília uma escala gregária, isto é, um plano que dê mais ênfase às pessoas do que aos automóveis. Isto não significa que eu seja contra a idéia das superquadras e ao plano-piloto em geral. Mas o que se deve reconhecer é que a intenção foi boa mas os resultados não estão sendo satisfatórios, segundo a opinião de alguns dos próprios habitantes da cidade.

Duas soluções

O arquiteto norte-americano faz uma comparação entre os resultados alcançados com o plano-piloto de Brasília e o de Chandigar, na Índia:

— O projeto inicial das superquadras em Brasília levava em conta um modelo de inter-relacionamento das diversas camadas sociais (pretendia-se que vivessem nelas tanto o mais humilde quanto o mais graduado funcionário público), mas esse objetivo não foi alcançado devido aos desníveis econômicos: as residências padronizadas tinham valor igual em cada quadra, e não se poderia esperar que pessoas com rendimentos diferentes se igualassem na aquisição dos imóveis.

Segundo Marshall, "os arquitetos e planejadores de todo o mundo estão de olho em Brasília, torcendo para que o projeto encontre seu verdadeiro caminho, porque há uma grande admiração pela arquitetura brasileira".

Rio de Janeiro

Quanto ao Rio de Janeiro, o arquiteto norte-americano entende que a cidade ainda tem muito espaço para se expandir. "Apesar dos altos custos da infra-estrutura, tudo vai depender de um bom planejamento", diz ele. Na sua opinião, também pode ser solucionado o problema da concentração populacional em São Paulo.



Marshall acha que falta "calor humano" a Brasília e sugere um reestudo

Infraero vai recapear as pistas do aeroporto nas próximas semanas

BRASÍLIA (O GLOBO) — Fontes da Infraero informaram que as pistas do aeroporto de Brasília, as mesmas utilizadas pela Base Aérea, serão recapeadas nas próximas semanas para atender satisfatoriamente às necessidades atuais de pouso e decolagem.

As pistas do aeroporto são as mesmas da época da inauguração de Brasília, e o crescente movimento aéreo está sobrecarregando a camada asfáltica que, segundo a Infraero, necessita de novas adaptações.

Ação

Pessoas ligadas a Oscar Niemeyer informaram que ele não desistiu da ação popular, impetrada em 1968, contra a construção do aeroporto e espera que seu recurso seja julgado pelo Tribunal Federal de Recursos nas próximas semanas. O relator do processo era o Ministro Eudálio Gomes, que se aposentou. Segundo o rito processual, a ação passará ao seu sucessor.

Na ação, Oscar Niemeyer e sua equipe afirmam que a construção do aeroporto desfigurou o projeto arquitetônico da cidade, por ser incompatível com as linhas gerais que o orientaram. A mesma opinião foi manifestada pelo urbanista Lúcio Costa, quando começaram as obras do aeroporto.

Niemeyer argumentou que, embora o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal tenha emitido parecer contrário à construção, o Ministério da Aeronáutica convocou a concorrência e deu prosseguimento aos atos preliminares para a execução da obra.

Sentença

No julgamento em primeira instância, o Juiz Federal Bolívar de Souza considerou que Niemeyer carecia do direito de interpor a ação, condenando-o a pagar as custas. Ele julgou absurda a pretensão do arquiteto, que pedia a demolição do aeroporto.

O Juiz Bolívar de Souza sentenciou que a Lei 4.545/64, que criou o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal, deve ser interpretada de acordo com as limitações da legislação posterior, não lhe cabendo, por isso, o direito de aprovar ou rejeitar o projeto do aeroporto.

Em seu recurso ao Tribunal Federal de Recursos, Niemeyer argumentou que "não se pode aceitar a lógica do fato consumado", defendida pelo juiz de primeira instância, porque não lhe cabe a culpa pela demora no julgamento da ação, o que permitiu a inauguração do aeroporto antes da sentença final.